



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

ANO XII – Edição nº 2029 – 12 de abril de 2023



Mesa Diretora

Presidente: Deputado **Roberto Cidade**
1º Vice-Presidente: Deputado **Carlinhos Bessa**
2ª Vice-Presidente: Deputada **Alessandra Campêlo**
3ª Vice-Presidente: Deputado **Felipe Souza**
Secretário-Geral: Deputado **João Luiz**
1º Secretário: Deputado **Abdala Fraxe**
2ª Secretária: Deputada **Joana Darc**
3º Secretário: Deputado **Cabo Maciel**
Ouvidor: Deputado **Sinésio Campos**
Corregedor: Deputado **Dr. Gomes**

20ª Legislatura

Deputado **Abdala Fraxe**
Deputado **Adjuto Afonso**
Deputada **Alessandra Campelo**
Deputado **Cabo Maciel**
Deputado **Carlinhos Bessa**
Deputado **Cristiano D'Angelo**
Deputado **Comandante Dan**
Deputado **Daniel Almeida**
Deputada **Débora Menezes**
Deputado **Delegado Pérciles**
Deputado **Dr. George lins**
Deputado **Dr. Gomes**
Deputado **Felipe Souza**
Deputada **Joana Darc**
Deputado **João Luiz**
Deputado **Mário César Filho**
Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**
Deputada **Mayra Dias**
Deputado **Roberto Cidade**
Deputado **Rozenha**
Deputado **Sinésio Campos**
Deputado **Thiago Abraham**
Deputado **Wanderley Monteiro**
Deputado **Wilker Barreto**

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação
E-mail: ccjr@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Econômicos
E-mail: com.cae@aleam.gov.br

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
E-mail: comapa@aleam.gov.br

Comissão de Política Sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa
E-mail: com.sobredrogas@aleam.gov.br

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade
E-mail: com.tmu@aleam.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor
E-mail: comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br

Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social;
E-mail: cdhpdps@aleam.gov.br

Comissão de Educação
E-mail: com.educacao@aleam.gov.br

Comissão de Esporte e Lazer
E-mail: comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos
E-mail: com.opsp@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento
E-mail: comunder@aleam.gov.br

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca
E-mail: ciczf@aleam.gov.br

Comissão Turismo, Fomento e Negócios
E-mail: ctur@aleam.gov.br

Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa
E-mail: com.mfi@aleam.gov.br

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento
E-mail: cgeodiversidade@aleam.gov.br

Comissão de Segurança Pública
E-mail: com.spublica@aleam.gov.br

Comissão de Saúde e Previdência
E-mail: csaudeprevidencia@aleam.gov.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação
E-mail: cctec@aleam.gov.br

Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens
E-mail: cjca@aleam.gov.br

Comissão de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
E-mail: cpama@aleam.gov.br

Comissão de Cultura e Economia Criativa
E-mail: com.cec@aleam.gov.br

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul
E-mail: cecem@aleam.gov.br

Comissão de Assistência Social e Trabalho
E-mail: com.ast@aleam.gov.br

Comissão de Ética
E-mail:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

EDIÇÃO

Moisés Fernandes Nunes Jr

REVISÃO

Frederico Almir da Silva Araújo

DIRETOR DE INFORMÁTICA

Renato da Silva Bueno

DIRETOR GERAL

Wander Araújo Motta

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 133, DE 12 DE ABRIL DE 2023.

ALTERA a Constituição do Estado do Amazonas, na forma que especifica.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, § 3.º, da Constituição do Estado, faz saber aos que a presente virem que promulga a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL:

Art. 1.º O inciso II do § 4.º do art. 29 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte alteração

“Art. 29.

§ 4.º

II – no curso do primeiro biênio da legislatura, para eleger a Mesa Diretora para o biênio subsequente, em reunião especialmente convocada para esse fim, na forma que dispuser o Regimento Interno;” (NR)

Art. 2.º Para efeito do disposto no art. 21, § 3.º, da Constituição Estadual, é permitida uma única recondução dos membros da Mesa Diretora para o mesmo cargo, independentemente se ocorrida na mesma legislatura ou em legislaturas subsequentes.

Parágrafo único. O limite estabelecido no *caput* aplica-se somente às eleições realizadas após a data de publicação da ata de julgamento da ADI 6.524 do STF, de modo que não serão consideradas, para fins de inelegibilidade, as composições eleitas antes de 08/01/2021.

Art. 3.º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de abril de 2023.

Deputado **ROBERTO CIDADE**
Presidente

Deputado **CARLOS BESSA**
1.º Vice-Presidente

Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO**
2.º Vice-Presidente

Deputado **FELIPE SOUZA**
3.º Vice-Presidente

Deputado **JOÃO LUIZ**
Secretário-Geral

Deputado **ABDALA FRAXE**
1.º Secretário

Deputada **JOANA DARC**
2.º Secretário

Deputado **CABO MACIEL**
3.º Secretário

Deputado **SINÉSIO CAMPOS**
Ouvidor

Deputado **DR. GOMES**
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

RESOLUÇÕES LEGISLATIVAS

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.º 965, DE 12 DE ABRIL DE 2023.

ALTERA a Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, Regimento Interno da Assembleia Legislativa, na forma que especifica.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do art. 88, *caput* e § 3.º, incisos V e VI, da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010 - Regimento Interno deste Poder, faz saber aos que o presente virem que promulga a seguinte

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

Art. 1.º Os artigos 7.º e 8.º da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7.º

II – no curso do primeiro biênio da legislatura, para eleger o Mesa Diretora para o biênio subsequente, em reunião especialmente convocada para esse fim.

§ 1.º Na hipótese do inciso II deste artigo, a reunião será presidida e convocada pelo Presidente da Casa, com antecedência mínima de uma hora do horário marcado para o início da reunião, a fim de possibilitar a livre inscrição das candidaturas aos cargos da Mesa, na forma do art. 8º.

§ 2.º O prazo do parágrafo anterior poderá ser reduzido pela metade, a requerimento de dois terços dos membros da Casa, deferido pelo Presidente da Mesa.

Art. 8.º

II – o pleito se realiza mediante votação nominal, a ser aferida oralmente ou por meio do painel eletrônico;

III – a Mesa recebe o registro individual ou por chapa indicada, com a identificação dos respectivos cargos, até a abertura da reunião em que ocorrer a eleição, sem prejuízo do disposto no art. 7º;

IV – o Presidente providencia o registro dos candidatos e das chapas, obedecendo as seguintes regras quando se optar pela votação em sistema eletrônico:

VII – havendo quórum, o Presidente solicita aos Deputados que procedam aos respectivos votos, atendendo as seguintes condições:

§ 1.º Antes da votação, o Presidente da Mesa pode facultar, aos candidatos à Presidência, o uso da tribuna por dez minutos, para que exponham suas propostas e defendam suas candidaturas.

§ 2.º Durante o processamento da eleição, não haverá fase de discussão e nem será permitido comunicado de liderança, resguardado o livre exercício do voto direto, conforme sistemática adotada na forma deste artigo, independentemente de motivação.

Art. 2.º Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data da sua publicação.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de abril de 2023.

Deputado **ROBERTO CIDADE**
Presidente

Deputado **CARLOS BESSA**
1.º Vice-Presidente

Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO**
2.º Vice-Presidente

Deputado **FELIPE SOUZA**
3.º Vice-Presidente

Deputado **JOÃO LUIZ**
Secretário-Geral

Deputado **ABDALA FRAXE**
1.º Secretário

Deputada **JOANA DARC**
2.º Secretário

Deputado **CABO MACIEL**
3.º Secretário

Deputado **SINÉSIO CAMPOS**
Ouvidor

Deputado **DR. GOMES**
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.º 966, DE 12 DE ABRIL DE 2023.

ALTERA, na forma que especifica, a Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, nos termos do art. 88, *caput* e § 3.º, da Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010 - Regimento Interno deste Poder, faz saber aos que o presente virem que promulga a seguinte

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA:

Art. 1.º A Resolução Legislativa n.º 469, de 19 de março de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 10.

§ 1.º Cada grupamento parlamentar poderá ter até cinco vice-líderes, conforme o número de Deputados, os quais terão os mesmos direitos, vantagens e prerrogativas do líder, salvo quanto ao Chefe de Gabinete de Liderança.

Art. 19.

V –

d) responder aos pedidos de fornecimento de informações formulados com base na Constituição, na lei de transparência e demais normas, bem como às requisições de informações e documentos formuladas pelos Tribunais, Ministério Público, Autoridades Policiais e órgãos de controle externo, observadas as determinações legais e garantias parlamentares.

Art. 26.

XIV – realizar eventos itinerantes ou externos correlatos aos assuntos de suas competências, podendo promover

seminários, palestras, atividades e fornecimentos de serviços gratuitos voltados para os respectivos públicos-alvo, permitida, para tanto, parcerias com órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos, bem como o patrocínio de empresas públicas ou privadas.

Art. 27.

XI - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Rural e Regional;

XIX – Comissão de Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens, de Desporto e de Relações Exteriores;

f) acompanhar e fiscalizar as políticas públicas do Estado voltadas para relações exteriores, bem como adotar ações que incentivem, promovam e colaborem para o aperfeiçoamento de tais políticas, visando sempre a busca por alternativas que melhor atendam as especificidades regionais do Amazonas.

Art. 97.

IV – dentro de dez dias após o recebimento da matéria, a Comissão de Assuntos Econômicos remete à Mesa Diretora o projeto e o parecer preliminar, sendo distribuída aos Deputados cópia do opinativo, nas quarenta e oito horas seguintes;

VI – vencido o prazo para a apresentação de emendas, a Mesa devolve o projeto à Comissão de Assuntos Econômicos para oferecer Parecer definitivo no prazo de vinte dias;

..... “(NR)

Art. 2.º O gozo total da licença especial dos servidores efetivos, referente a cada período aquisitivo, poderá ser fracionado em no máximo três parcelas, observado o limite mínimo de trinta dias por parcela.

Parágrafo único. Aplicam-se ao disposto neste artigo os §§ 2.º a 5.º do art. 5.º da Resolução 964, de 15 de fevereiro de 2023.

Art. 3.º O valor destinado às despesas previstas na Resolução Legislativa n.º 278, de 14 de abril de 1997, será reajustado em janeiro de cada ano pelo IPCA apurado pelo órgão oficial no ano anterior.

§ 1.º A regra estabelecida no *caput* será aplicada pela Diretoria-Geral da Casa, após divulgação oficial do referido índice pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 2.º No ano de 2023 a aplicação do reajuste de que trata este artigo se dará a partir do mês de março, observada a regra do *caput*.

Art. 4.º Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1.º de março de 2023, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de abril de 2023.

Deputado **ROBERTO CIDADE**
Presidente

Deputado **CARLOS BESSA**
1.º Vice-Presidente

Deputada **ALESSANDRA CAMPÊLO**
2.º Vice-Presidente

Deputado **FELIPE SOUZA**
3.º Vice-Presidente

Deputado **JOÃO LUIZ**
Secretário-Geral

Deputado **ABDALA FRAXE**
1.º Secretário

Deputada **JOANA DARC**
2.º Secretário

Deputado **CABO MACIEL**
3.º Secretário

Deputado **SINÉSIO CAMPOS**
Ouvidor

Deputado **DR. GOMES**
Corregedor

Visto:
WANDER MOTTA
Diretor-Geral

ATAS DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP, DA 20ª LEGISLATURA.

Às onze horas, dos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte três, na Sala Vip, Rio Andirá, Subsolo do Edifício José de Jesus Lins de Albuquerque, reuniu-se, ordinariamente, sob a Presidência do Senhor Deputado COMANDANTE DAN, a Comissão de Segurança Pública CSP, para apreciação dos itens constantes da pauta. Compareceram os deputados COMANDANTE DAN – Presidente; CABO MACIEL – Vice-Presidente; DANIEL ALMEIDA e DELEGADO PÉRICLES – Membros titulares; DR. GOMES – 2º Suplente. Havendo quórum regimental o Presidente declarou aberto os trabalhos. Passou-se à leitura da Pauta dos itens 2 e 3: 2. RELATÓRIO DE ATIVIDADES – MARÇO DE 2023 2.1. Reunião Ordinária – 14/03; 2.1.1. Definição das Audiências Pública Itinerantes no Bairro Compensa (21/03/23), Bairro Centro (27/03/23) e no município Presidente Figueiredo (29/03/23); 2.1.2. Publicação da Ata da RO e tramitação do Requerimento para colher assinaturas e deliberar as providências para realização das Audiências Pública; 2.2. Reunião com o Comandante Geral, Prefeito e Vereadores de Iranduba – 20/03; 2.2.1. Motivada pela transferência de 19 policiais militares do efetivo do município, pois uma das deficiências expostas na Audiência Pública realizada naquele município; 2.2.2. Foi explicado pelo Comandante Geral que o motivo das transferências foi por que o Comandante estava fazendo má gestão do efetivo, foi trocado o Comandante da CIPM e ajustado o efetivo; 2.2.3. Foi levantado a situação do alto índice de ocorrências nos Rios Solimões e Negro, muito roubos e furtos em embarcações, a PM relatou que teria botes, mas não teria motor para reforçar o policiamento fluvial, o prefeito ficou de verificar uma ajuda; 2.3. Audiência Pública Itinerante no Bairro Compensa – 21/03; 2.3.1. Ouvidas as seguintes demandas: alto índice de CVLI decorrentes da disputa das facções pelo tráfico de Drogas, roubos e furtos; 2.3.2. Necessidade de um Pacto Social entre os Poderes constituído e a família, devendo desenvolver ações integradas através de projetos envolvendo as escolas entre outros segmentos; 2.3.3. Confeccionada a Carta do Bairro Compensa onde são sugeridas medidas para melhoria da segurança no Bairro e adjacentes; 2.3.4. Ações e Esfera de atribuição; 2.4. Reunião com os Presidentes das Associações dos policiais da PM e BM – 24/03; 2.4.1. Demanda priorizada; Data Base. 2.4.2. O Deputado Comandante DAN enfatizou o compromisso fazer chegar ao Governador o pleito desde que as associações unidas, fizessem documento único assinado por todos; 2.4.3. Ações decorrentes: Reunião no dia 28Ago23 para confecção de documento único sobre a data base, Audiência Pública sobre o tema, grupos de trabalho dentro da CSP para trabalhar as demais demandas e dar voz em plenário para representantes das associações; 2.4.4. Requerimento indicativo solicitando reunião com os membros das Associações Policiais Militares e o Governador sobre a Data Base. 2.5. Audiência Pública Itinerante no Bairro Centro – 27/03; 2.5.1. Ouvidas as seguintes demandas:

elevado índice de CVLI de correntes da disputa das facções pelo tráfico de Drogas, roubos e furtos; 2.5.2. Confeccionada a Carta do Bairro Centro onde são sugeridas medidas para melhoria da segurança no Bairro e adjacentes; 2.5.3. Ações e Esfera de atribuição; 2.6. Audiência Pública Itinerante no Município de Presidente Figueiredo – 29/03; 2.6.1. Ouvidas as seguintes demandas: 2.6.2. Foi feita confeccionada a Carta de Presidente Figueiredo onde são sugeridas medidas para melhoria da segurança no município; 2.6.3. Ações e Esfera de atribuição; 3. DELIBERAÇÕES SOBRE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS para ABRIL/2023 3.1. Audiência Pública DATA-BASE; Data: 04 de abril de 2023; Hora: 14:00; Local: Plenário Ruy Araújo – ALEAM; Endereço: Av. Mario Ypiranga, 3950 – Parque Dez; 3.2. Audiência Pública Itinerante Zona NORTE; Data: 17 de abril de 2023 (segunda-feira); Hora: 9:00; Local: Escola Municipal Prof. Sérgio A. P. Bitencourt; Endereço: Rua do Amor, 29 – Colônia Terra Nova; 3.3. Audiência Pública Itinerante no Município de Iranduba – 2ª Edição; Data: 27 de abril de 2023 (quinta-feira); Hora: 14:00; Local: Plenário da Câmara Municipal; Endereço: Praça dos Três Poderes, 60, Centro. O Presidente Deputado COMANDANTE DAN passou a votação, os itens 2 e 3 foram aprovados, em seguida não havendo mais o que consignar, o Presidente Deputado Comandante Dan encerrou a reunião. E, para constar, eu José Carlos Pereira de Freitas, Coordenador da Comissão de Segurança Pública, lavrei a presente ata que, por ter sido aprovada, será assinada pelo Presidente Deputado Comandante Dan.

Deputado Estadual Comandante Dan – Partido Social Cristão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO BAIRRO DA COMPENSA.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, do dia 21 de março de 2023, no auditório da Escola Estadual Cel. Pedro Câmara, Rua T.8, Bairro Compensa, Manaus/AM, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Cel. Hermes Macedo – representante da SSP/AM, Dr. Sergio – Representante do Detran/AM, Capitão Ruiz – Representante do Corpo de Bombeiros Militar/AM, Tenente Cicero Sá – Representante da Secretaria de Meio Ambiente, Major Marcos Pires – Representante do Policiamento Metropolitano, Sergio Augusto Costa – Ouvidor Geral da SSP/AM, Major Pedro Henrique – diretor do Colégio Militar da Polícia Militar VIII e o Pastor Nilton Barroncas – Representante da IEADAM. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo Dep. Estadual Comandante Dan, convocando o Pr. Nilton Barroncas para uma oração. Em seguida, o Dep. Estadual Comandante Dan explanou que a audiência pública tem como finalidade ouvir a comunidade e a população em geral do bairro da compensa para conhecer, de perto, a realidade quanto ao alto índice de criminalidade. Bem como, que a audiência tem como objetivo um pacto social entre a família e o Estado, relatando que a Lei que institui o SUSP há de ser regulamentada nos municípios. Relatou que como Presidente Comissão de Segurança Pública, tem como objetivo estudar os indicativos de criminalidades e deslocar-se ao local para apuração dos fatos. Não obstante, informou a comunidade presente na audiência que será aberto para perguntas. Reiterou que em menos de 2 meses já se foram realizadas quatro audiências públicas. O Dep. Estadual Comandante Dan fez referência ao Diretor da Escola do CPM VIII, bem como franqueou a palavra. Dada a palavra, o Major Pedro Henrique, agradeceu ao Dep. Estadual Comandante Dan pela referência, em seguida, relatou quanto a responsabilidade de dirigir a Escola Pedro Câmara e afirmou que a Escola tem sido de modelo padrão para as demais Escolas. Bem como, recordou na época que o então Deputado Estadual Comandante DAN era Comandante Geral da Polícia Militar serviu como modelo de gestão. Por fim, agradeceu a toda sociedade em geral que se faz presente. Em seguida, o Major Marcos Pinheiro Batista, agradeceu os trabalhos realizados pela Comissão de Segurança Pública – ALEAM, parabenizou o Dep. Estadual Comandante Dan pela iniciativa da audiência pública que tem como intuito ouvir a sociedade em geral. Em seguida, o Dep. Estadual Comandante Dan abriu a oportunidade para a sociedade presente na audiência. “Quais as providências junto ao executivo após a audiência da comissão de segurança pública?” O Dep. Estadual Comandante Dan respondeu

que primeiramente a comissão de segurança pública tem ouvido as demandas. Deu como exemplo o município de Iranduba, que após visita in loco constatou deficiências, quais sejam: plano integrado do município, atualização da lei municipal, criação do conselho de segurança pública e, gabinete de gestão integrada. Após verificada as deficiências no âmbito da segurança pública tem reunido com autoridades pertinentes e agindo com o executivo para sanar os problemas ali verificados. Deu também, como exemplo, a audiência pública realizada no Jorge Teixeira. Saudou, o Vereador Roberto Sabino, Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara Municipal de Manaus, bem como, o Pr. Raimundo Chagas – Coordenador da Zona Oeste da IEADAM. Em seguida foi realizada a seguinte pergunta “Em 2021, os dois primeiros meses no bairro, comunidade cristo rei, tivemos mais de 20 óbitos. Como reduzir esse índice? Outra “O que fazer para reduzir a criminalidade no bairro da compensa?” O Chefe do Comando de Policiamento do Bairro respondeu que nesse primeiro semestre obtiveram êxito em diminuir os indicativos de criminalidade, bem como tem trabalhado fortemente para diminuir ainda mais. Em seguida, o Dep. Estadual Comandante respondeu que no início dos trabalhos das audiências estão acompanhando os indicativos, para montar um plano de ação com o executivo. Relatou os projetos realizados no âmbito da sociedade, quais sejam: corridas, torneios futebol, bem como diversas atividades que tem objetivo o bem estar da comunidade em geral. Em seguida, passou a palavra ao Vereador Roberto Sabino. O Vereador Roberto Sabino declarou que cumprimentou as autoridades presentes na mesa e, em seguida, declarou que deseja realizar uma cooperação técnica entre as comissões para diminuir os índices da criminalidade tanto na Capital como no Estado do Amazonas. Declarou que tem como papel, motivar e cobrar as instituições, bem como promover em âmbito federal para vigorar as leis. Como vereador, declarou que requereu investimentos na área de esporte e educação para o bairro da compensa. Em seguida, o Cel. Hermes Macedo – Representante da SSP/AM declarou que o governo do Estado do Amazona tem agido arduamente para estudar o crime e inibir o aumento da criminalidade. Criaram o Centro de Estatística da Segurança Pública, que tem como objetivo estudar de forma contenciosa o crime e agir. Declarou que SPP/AM tem trabalho tecnicamente e agindo de forma rápida. Declarou também que o estudo do crime passa por uma metodologia rigorosa, bem como que a SSP/AM se encontra de portas abertas para ouvir e agir. Por último, agradeceu ao público presente. Em seguida, Dep. Estadual Comandante Dan respondeu que um dos segmentos do crime deve-se evitar com alta extensão da polícia militar, prendendo o infrator em prisão delito e ser encaminhado para justiça para diligências posteriores. Relatou que há um déficit na corporação pelo longo tempo em que não é realizado concurso público para a polícia militar. O ideal seria a cada ano realizar um concurso público para complementar o déficit da corporação. No caso da polícia militar, além do concurso público, há a lei da reconvenção para suprir o déficit da corporação. Declarou desconhecer projetos do Executivo Estadual e do Executivo Municipal para envolver as instituições, qual seja, a igreja, para atividades esportivas e culturais com o intuito de bem estar da comunidade em geral, deixando essa ideia para o Executivo Estadual e do Executivo Municipal. Em seguida perguntaram “Qual o plano de segurança do Dep. Estadual Comandante Dan?” O Deputado Estadual Comandante Dan, respondeu que há diversos pilares no plano de segurança inovadora, bem como, a valorização dos conselhos tutelares, a municipalização do efetivo em geral, a capacitação dos servidores, investimento em tecnologias voltado a Segurança Pública para potencializar o patrulhamento, a valorização dos policiais – relatou a lei que regulamenta gratificações ao policial militar. Disse que encaminhou um indicativo do Governo do Estado do Amazonas para regulamentar a lei que dispõe o 14º salário ao policial militar que atinge suas metas anuais. Perguntaram “quais as orientações no contexto de segurança pública para as famílias?” o Cel. Hemes de Macedo respondeu que tem o Governo do Estado, com o colegiado de mais de trinta e cinco instituições onde se reúnem mensalmente para discutir ideias culturais e esportivas. Nessa seara, o colegiado tem realizado um atendimento preventivo as crianças e adolescentes, bem como, diversos projetos sociais com instituições. Deu como exemplo a família colhedora, que tem sido um modelo padrão. A Estudante Isabel Bentes Pereira, apresentou de forma sugestiva um plano de ação e, citou um projeto que segue no legislativo da antropologia forense. Realizou um pedido para dar uma visão na antropologia forense no que diz respeito ao segmento da Secretaria de Segurança Pública. Por fim, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública agradece a presença de todos e finaliza a audiência às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos, convocando o Pr. Raimundo Chagas para uma oração. E, para constar, eu José Carlos Pereira de Freitas, Coordenador Especial

da Comissão de Segurança Pública, lavrei a presente ata que, por ter sido aprovada.

Deputado Estadual Comandante Dan – Partido Social Cristão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO BAIRRO CENTRO

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos, do dia 25 de março de 2023, no auditório da Câmara de Dirigentes Lojistas, Rua Ruy Barbosa, Bairro Centro, Manaus/AM, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Cel. Hermes Macedo – representante da SSP/AM, Ten Cel Edie César – Comandante das Praças Esportivas da FAAR; Tatyanna Lobo – Delegada da Polícia Civil, Tem Cel Otacicleide Pereira – Cmt da CPA Sul, Ralph B. Assayag – Presidente da CDL, Sérgio Augusto Costa – Ouvidor Geral da SSP/AM, Pastor Nilton Barroncas – Representante da IEADAM e o Vereador Roberto Sabino – Presidente da Comissão de Segurança Municipal. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo Dep. Estadual Comandante Dan. Onde o mesmo explicou que a audiência pública tem como finalidade tratar de Segurança Pública, a população em geral do bairro do centro, para que se possa identificar e melhorar juntos a Segurança Pública, a audiência tem como objetivo um pacto social entre a família e o Estado, relatando que a Lei que institui o SUSP há de ser regulamentada no Estado. Relatou que como Presidente Comissão de Segurança Pública, tem como objetivo estudar os indicativos de criminalidades e deslocar-se ao local para apuração dos fatos. Montar uma estrutura tanto estadual quanto municipal para combater essa criminalidade. Reiterou que a presente audiência pública é a quinta, a partir de uma verberação feita quanto da instalação da Comissão de Segurança Pública. O Dep. Estadual Comandante Dan fez referência ao TC Edie, representante da Fundação Amazonas de Alto Rendimento e ao Presidente da CDL Ralf Assayag, agradecendo a presteza em recebê-los e ceder o lugar para que se possa estar conversando sobre a temática. Em seguida o Dep. Estadual Comandante Dan reitera que a dinâmica da audiência pública é ouvir aqueles que estão a mesa, que por ventura precisam falar algo, mas também aqueles que estão presentes nesse auditório, a metodologia a ser adota para as perguntas é que sejam feitas mediante extensão, transcrevendo as para o papel, ao final a mesa responderá as perguntas. Após isso, o Deputado convoca o Pr. Nilton Barroncas para realizar a oração inicial, como de costume é feita a oração do Pai Nosso. Na sequência, o Dep. Comandante Dan passa a palavra para o presidente do CDL-Manaus, Ralf Assayag, o mesmo faz suas saudações iniciais, pedindo desculpas, ao tempo que enfatiza que o auditório poderia estar lotado, porém as pessoas não se sentem mais à vontade para reclamar, fala da sua preocupação no quesito segurança pública no centro da cidade, faz um breve desabafo quanto ao descaso relacionado ao Centro da Cidade, que é uma área econômica importante para a cidade e que se encontra à mercê das muitas falas por mais de 20 anos, diz ainda, que acredita que segurança não se faz sem tecnologia. E ressalta que é importante ações como essa a fim de contribuir com o poder público para mudar o atual cenário do Centro de Manaus. Em seguida, a palavra é cedida ao Cel Edie César que após sua saudação informa que está Coordenador de Segurança das Praças Esportivas da FAAR e neste ato, representando também o Diretor-presidente da Instituição. Ressalta que a Fundação Amazonas de Alto - FAAR, como representante legal da Secretaria de Esportes do Amazonas, desempenha um papel importante para o esporte do estado. Enfatiza que segurança pública só acontece com a união de todos. Ressalta que o papel do Esporte é primordial, ultrapassando, principalmente, a fronteira do crime organizado. Há mais de dois anos estão sendo executados três projetos, o futevôlei e o futebol dos bairros, o terceiro é a prática de esporte nos interiores, com isso, promove e prepara atletas de alto rendimento em todo o estado; vai além das fronteiras na calha do rio negro, do rio madeira, no baixo amazonas; ajudando crianças, pré-adolescentes, adolescentes e jovens não serem atraídos para o crime organizado, mas, tornando-os pessoas e cidadãos de bem, esse é o trabalho da FAAR. Voltando a palavra ao deputado, este corrobora com a fala do Cel. Edie e afirma que essa é a linha de prevenção a ser adotada, afastando os jovens do crime organizado. Expõe que o Centro de

Manaus é o 4º (quarto) bairro com maior CVLI, por isso a importância de reunir um pacote de ideias e iniciativas, e encaminhá-las a todos os órgãos que integram a segurança pública, a fim de melhorar o cenário atual. Na sequência, Cel Oliveira Filho ler a primeira pergunta: qual medida proposta pela comissão de segurança para melhorar o sentimento de segurança no centro de Manaus? A pergunta é respondida pela Ten. Coronel Otacicleide a mesma afirma que a polícia tem trabalhado diuturnamente, com policiamento ostensivo. Ressalta que sabe que a demanda é alta, por que é crescente o número dos moradores de rua, por isso a situação do Centro é complicada. São mais de 1200 pessoas nesta situação, só na Manaus Moderna, como dito pelo Deputado, não é apenas uma questão de polícia, mas de todos. O policiamento é realizado tanto a pé quanto com viaturas. Enfatiza a importância da colaboração dos comerciantes no sentido de realizar registros de ocorrências, ou fornecer informações que ajude a coibir as ações dos criminosos., enfatiza que tenta ajudá-los a saírem do mundo das drogas. Cel Hermes, representando o Secretário de Segurança Pública, também corrobora, informando que a partir do governo Wilson Lima, a SSP, estabeleceu algumas situações estratégicas com foco no que preconiza a lei 13.885, a lei do Susp. Ressalta que, infelizmente, o processo de fazer segurança pública custa caro, precisa saber investir o valor arrecadado, estudar o crime, para saber onde melhor será aplicado, explica, também que para cada região de Manaus existe uma modalidade de crime, o que exige um planejamento específico e estratégico. As ruas estão tomadas por uma grande leva de estrangeiros, em que há uma premente necessidade de remanejar os mesmos a locais mais adequados. Afirma que quem conhece o problema é quem está passando, por isso a importância de realizar as audiências a fim de que a sociedade seja ouvida para que as ações sejam assertivas e eficazes. Durante muito tempo se ficou esperando as coisas acontecerem. Exemplifica que o último concurso foi em 2010, o que favoreceu a uma defasagem de efetivo problemática. Como tem sido dito em todas as audiências públicas, pelo Dep. Dan, existe uma necessidade de que um novo pacto social deve ser firmado, principalmente, a partir das famílias, pais devem retomar o controle da vida de seus filhos, professores devem ser respeitados, só assim será possível realizar um trabalho estratégico com os poderes públicos, agências de segurança pública e as Escolas. A responsabilidade é de todos, como já tem sido dito. Na sequência, a palavra é concedida ao Ouvidor Geral da SSP-AM e em sua fala, reafirmou que a segurança pública é dever do estado, porém todos têm que contribuir, ressalta que a SSP está aberta a toda sociedade para ouvi-los e colher as demandas para melhorar as ações de segurança e aprimorar as políticas públicas já existentes. Deputado enfatiza que todas as falas representam uma síntese do que representa a sensação de segurança, o novo pacto social é uma fala que já tem sido defendida em todas as audiências até aqui realizadas, é importante que todos saibam o papel a ser desempenhado. Esse novo momento de construção do sistema único de segurança pública e defesa social é o que vai proporcionar o sentimento de segurança, seja em bairros como o Centro ou em qualquer município e isso só vai acontecer com a integração de todos, com a valorização de cada ente que compõem a sociedade, seja a família, poder público, efetivo policial ou qualquer mecanismo tecnológico. fez um breve relato do seu atual papel enquanto Deputado Estadual e das diversas Comissões que faz parte, mas enfatiza que o seu papel é o de fiscalizar e gerar leis, o que constitui um papel diferente de quem governa. No viés tecnologia, informa que recentemente fez uma agenda no CICC em que foi bastante debatido a implementação, como estratégia de combate ao crime, do uso da tecnologia, utilizando os VANTS aeronaves remotamente pilotadas. O atual sistema utiliza o monitoramento fixo. Porém, o atual cenário pede o uso das VANTS. Relembra que já existe um projeto pronto nesse sentido, criado quando esteve Secretário Adjunto de Planejamento e Gestão Integrada, que se trata do primeiro manual de uso de aeronaves remotamente pilotadas, com doutrina e protocolos, e enfatiza que já encaminhou ao Governador para que o mesmo examine e faça suas ponderações e adequações, e que essa ação pode também ser transformada em projeto de lei, deixa claro que enquanto deputado só pode sugerir, a ação parte do Poder Executivo. Uma das vantagens é que o manuseio das aeronaves não precisa ser realizado, necessariamente, por policiais, pode ser por civis. Ressalta, em sua fala, que não está criticando o Governo, mas apresentando propostas de soluções. A pronta resposta ao utilizar esse tipo de tecnologia é de curto prazo. Enfatiza, também, que a mais disso, há a necessidade de prosseguir com o processo de contratação de policiais, sim, e diz que sua explanação não está sendo pelo o viés politiquês, mas pelo bom senso do conceito de política; ressalta que o policiamento ostensivo se faz com a presença da polícia, de acordo com planejamento, estatística e após identificada a mancha criminal;

agindo com muita inteligência, com a polícia bem posicionada em local estratégico, o que inibe o crime. A polícia judiciária age após o fato. As variáveis que levam ao crime são muitas, os criminosos se aproveitam das debilidades, por exemplo, a questão da iluminação pública, abordada pelo presidente do CDL-Manaus. A ordem pública é maior que a segurança pública. Onde há desordem aumenta a insegurança. Estamos precisando, primeiramente, de uma ordem pública a fim de restabelecer o sentimento de segurança. Lembrando que a prática do crime, na sua essência, é estimulada pelo resultado alcançado, se está sendo lucrativo, o infrator voltará a fazer, até que haja medidas para coibir e assim aumentar a sensação de segurança. Dr. Bruno Frada, Delegado Geral, faz uso da palavra, e em sua fala diz que o último final de semana foi o primeiro em muitos meses, que não houve arrombamento de lojas; Na oportunidade faz uma análise da geografia local, em que existem muitos imóveis abandonados, que servem de abrigo para os meliantes. Os lojistas têm fechado os seus estabelecimentos antes das 17h; por que toda semana as lojas têm sido arrombadas, o que tem promovido e favorecido o esvaziamento do centro, prejudicando o comércio. Enfatiza que o fechamento desses imóveis abandonados seria importantíssimo. Além dessas ponderações, perguntou sobre a possibilidade da 14ª CICOM ter algum tipo de monitoramento. Fechando o cerco e monitorando diminuiria a incidência dos crimes consideravelmente. Ralf Assayag corrobora com a fala do Dr. Bruno e informa que um ganho significativo foi o lojista poder realizar os seus boletins de ocorrência de modo virtual, informa que os índices vão modificar. Informa, ainda que na Guilherme Moreira o policial não chega. O bandido leva o roubo na frente da Associação do Comércio, e ninguém faz nada. Muito se fala, mas pouco se faz. Sugere ao Vereador Roberto Sabino que faça uma PL junto a Prefeitura para agilizar o fechamento desses prédios abandonados, ajustando o valor do IPTU em um fundo específico. E quando for vendido o proprietário pagaria à prefeitura. Traz alguns exemplos de prédios públicos que foram invadidos e só depois de roubos e até morte é que a prefeitura fechou com alvenaria. Nesse momento Cel. Oliveira faz uma condensação de muitas perguntas com o mesmo teor, e lança a pergunta: qual a dificuldade para os órgãos do Estado e Município, formar um sistema de defesa social e juntos trabalharem nas ações de policiamento e controle social no centro da cidade. Em resposta, Tem Cel Otacicleide, informa quanto ao prédio do INSS as pessoas que residem lá são autorizadas judicialmente para se alojarem lá, o policiamento é feito com seriedade e rigor, mas como tem autorização, não compete a nós policiais dizer se é certo ou não; quanto aos locais mais críticos, como nas escolas e faculdades do centro o policiamento também é feito com rigor; quanto ao PROSAMIN, também tem sido implementada operações através da Segs. já na praça dos remédios foi feito um trabalho de retirada de todos os moradores de rua, porém não se pode prendê-los, o trabalho foi em conjunto com SEMUSP e SEMASC, mas, após uma hora da retirada, eles retornaram para o local; alguns aceitam ir para abrigos, mas depois voltam; outras operações têm sido feitas, como por exemplo; nas galerias onde se vendem celulares e relógios roubados, a realidade é mais complicada do que parece porque se necessita de autorização para apreensão, tudo o que é possível tem sido feito; no entanto há necessidade do apoio conjunto com os lojistas, uma ação é fazer o registro da ocorrência, a demanda é grande e a reincidência também; infelizmente não há como está nos mesmos locais todos os dias; a parte da polícia tem sido feita, mas certamente há muito a melhorar. O Sr. Ataliba, presidente da assembleia geral da associação comercial, solicitou a oportunidade de se pronunciar, cumprimentou à mesa, e fez algumas colocações, o centro tem características peculiares; tem uma população flutuante, pela parte da manhã há uma grande população, e pela parte noite acontece um esvaziamento o que favorece o cometimento dos roubos e assaltos; outra característica é a própria arquitetura dos prédios, o meliante consegue andar por cima dos telhados dos prédios geminados; outra preocupação é a possibilidade de acontecer um incêndio gravíssimo no prédio do INSS, quando aconteceu a invasão do prédio do INSS, infelizmente outras entidades não permitiram que os policiais fizessem a apreensão dos meliantes; também corrobora com a fala do Dr. Bruno, que os prédios abandonados servem de trampolim para os meliantes, pois os mesmos sobem e andam por cima dos telhados, entende que a ação, sem dúvida, deve ser multidisciplinar, como ocorreu na Quintino Bocaiuva. Deseja sucesso ao trabalho de todos. O lojista, Anabor Salomão Pinheiro também se pronunciou e em sua fala relata que está no centro há 52 anos, enfatiza, porém, que já está com vontade de se aposentar por que os lojistas estão a mercê da criminalidade, e não se pode dizer nada pois existem olheiros prontos para informar aos bandidos que ameaçam os comerciantes; enfatiza que há a necessidade de maior proteção; há três ou quatro semanas, vi roubarem o Colégio Saldanha

Marinho, pedi aos policiais, porém os mesmos não podiam prendê-los; estamos com medo dos bandidos, depois das 16h não se pode mais andar nas ruas; eles me conhecem por nome, precisamos por favor, que implementem medidas urgentes que sejam câmeras, drones, pois estamos com medo, também precisamos da vigilância sanitária, que sejam tomadas providências de urgência, pois já fechei três lojas. Outro ponto que o lojista faz um apelo é par que haja um trabalho de saneamento público. Cap Dicky Farney, comandante da 24ª CICOM, após cumprimentar à mesa, informa que já tem sido implementado ações, foi criado um grupo de comunicação para identificar os furtos noturnos, nesse sentido também foi implementado um patrulhamento com motocicletas, e já houve uma pequena diminuição. Algumas peculiaridades prejudicam o policiamento do centro uma vez que o trânsito é pesado o que dificulta a ação de patrulhamento com viaturas de 4 rodas, por isso o uso das motocicletas é melhor; as abordagens são difíceis porque transcendem a questão de segurança pública, é de fato, uma questão de ordem pública, como disse o Deputado Dan. 95% dos moradores de rua também são usuários de drogas e por isso, se utilizam de pequenos furtos de fios de cobre dos ares-condicionados. Essa abordagem, porém, é complexa. Os prédios abandonados de fato são refúgios, precisamos dificultar as ações de crimes, deixar insalubres, e já estamos procurando junto à prefeitura com relação aos moradores de rua, pois está muito grande, desde a pandemia o número de moradores de rua dobrou. As ações, portanto, não dependem apenas da Polícia, envolve ação social, saneamento e outras. Quanto às escolas foi identificado duas escolas roubadas, Saldanha Marinho e Nilo Peçanha; foi apreendido um dono de ferro velho que estava receptando material saqueado da escola Nilo Peçanha, mas a ajuda dos lojistas e comunidade também é importante; quanto aos prédios abandonados, já tivemos uma certa vitória, o prédio da Eduardo Ribeiro, ao lado do Santander, foi lacrado. Uma informação importante é que 80% dos homicídios do centro da cidade, só aconteceram por que a polícia não teve como coibir; todos os homicídios estão ligados ao tráfico de drogas, execução ou acerto de contas. Ressalta a relevância dessa audiência para juntos realizar um trabalho qualitativo. Após a fala do Capitão, o Sr. Ralph enfatiza que não está contra as ações da PM, sabe que as soluções não vêm apenas da Polícia Militar, mas ressalta a urgência de se fazer alguma coisa eficiente, de modo conjunto. A ideia da audiência é juntar as ideias para solucionar a problemática do centro. Todo mundo deve se ajudar. A sociedade organizada para solucionar. Outra pergunta lida foi se existe um projeto para recuperar os moradores de rua. A pergunta já foi respondida pelo Capitão. Como não tem nenhum representante da SEMASC, fica anotada a pergunta, que será encaminhada à Secretaria. Outra pergunta foi referente aos concursos, haja vista o déficit dos efetivos da polícia militar e do corpo de bombeiros, o que podemos esperar da comissão em relação a contratação dos aprovados? Cel Hermes respondendo, informa que já foi formada uma comissão de governo para resolver a questão das contratações, mas pede desculpas pois não está atualizado sobre o transcurso das ações. Cel Willer, com a palavra, falou a respeito do trabalho integrado das forças de segurança, no sentido de coibir o consumo de drogas, furtos, prostituição, e informou que em 2010 ocorreu uma operação onde fecharam dez locais por dois meses, com a presença de vários órgãos, como Amazonas Energia e Águas de Manaus, fica a sugestão à SSP que seja executada uma força tarefa para fechar esses locais que hoje são usados para o crime. A exemplo que acontece nas Cifs do Carnaval. A palavra é franqueada ao Vereador Roberto Sabino, ressalta a dificuldade de se fazer segurança em Manaus, pelo aumento da criminalidade. Ressalta que o problema se concentra na fragilidade das leis. Informou que o Prefeito já está desenvolvendo um projeto para revitalizar o Centro. A mais disso, já agendou a pauta com Secretário Municipal de Segurança e Defesa Social para alinhar ações integradas entre o Estado e o Município. Sugere a implementação de estratégias de atuação em conjunto, segurança privada, polícia militar e civil, estratégias de um plano integrado entre os mesmos. Se coloca a disposição para realizar o que couber. Deputado Dan finaliza a audiência agradecendo ao Presidente do CDL-Manaus, Sr. Ralph e aos demais representantes lojistas, bem como, aos representantes das forças de segurança presentes. Deixa uma palavra de esperança, diz que aprendeu a acreditar em gestão participativa e integrada. Por isso, desde que assumiu a Comissão de Segurança Pública na ALEAM fez questão de implementar essas ações de audiência pública a fim de está respaldado para a solução das problemáticas de segurança e ordem públicas. Lembra algumas ações que realizou no sentido de implementar um aumento do monitoramento de 260 pontos para 1000 pontos, deixa o desafio para todos, juntos, estudar as soluções. Deixa a sugestão ao Capitão Dick Farney para fazer um plano integrado entre a Polícia Militar, os Lojistas e as Empresas

de segurança privada no sentido de rever as ações e encontrar as possíveis soluções. Além disso, se compromete em estudar a legislação a fim de encontrar a solução mais eficaz para atual situação do centro. Não vai ficar apenas nas palavras, certamente haverá ações diferenciadas em conjunto com os poderes públicos estadual e municipal. Finaliza a reunião com oração feita pelo Pastor Nilton Barroncas. E, para constar, eu José Carlos Pereira de Freitas, Coordenador Especial da Comissão de Segurança Pública, lavrei a presente ata que, por ter sido aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros.

Deputado Estadual Comandante Dan – Partido Social Cristão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ITINERANTE DA 16ª COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA, DA 20ª LEGISLATURA, NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE FIGUEIREDO

Às quatorze horas e cinquenta e três minutos, do dia 29 de março de 2023, no auditório da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, localizada na Avenida da Onça Pintada, s/nº, Presidente Figueiredo/AM Bairro Galo da Serra, reuniu-se, em audiência pública, sob a Presidência da Comissão de Segurança Pública, o Sr. Deputado COMANDANTE DAN, para apreciação das matérias constantes. Compuseram a mesa, o Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública, Cel. Hermes Macedo - representante da SSP/AM, Sergio Augusto Costa – Ouvidor Geral da SSP/AM, Dr. Virgílio Mendonça – 1º Secretário da Câmara Municipal de Presidente Figueiredo, Comandante da 7ª CIPM, Carlos Valcir Dias Goes, Secretário Municipal de Governo, Valdney Antônio Silva - Delegado do DIP, Pastor Vanderly, Major Comandante Wener Oliveira da 7ª, Tenente Omena – Representando a CBM/AM e o Pároco Marcos Antônio. A condução dos trabalhos da mesa oficial foi realizada pelo Dep. Estadual Comandante Dan, agradecendo por todos os trabalhos realizados pela casa legislativa, bem como agradeceu pela honra de receber o título de cidadão figueiredense. Em seguida, o Dep. Estadual Comandante Dan explanou que a audiência pública tem como finalidade ouvir a comunidade e a população em geral do município para conhecer, de perto, a realidade quanto ao alto índice de criminalidade. Bem como, que a audiência tem como objetivo um pacto social entre a família e o Estado, relatando que o a Lei que institui o SUSP há de ser regulamentado no Estado. Relatou que como Presidente Comissão de Segurança Pública, tem como objetivo estudar os indicativos de criminalidades e deslocar-se ao local para apuração dos fatos. Não obstante, informou à comunidade presente na audiência que será aberto para perguntas. Destacando que o município se encontra no observatório do CVLI – Crimes Violentos Letais e Intencionais. Convocou o Pr. Wanderley para orar pelos trabalhos a serem realizados nesta audiência. Por fim, convocou o Padre Marcos Antônio, no qual, cantou uma canção. Em seguida, foi disponibilizado um momento para ser realizadas perguntas a serem direcionadas a mesa. Dado o momento, perguntaram “A pastoral carcerária é um serviço de assistência carcerária” o que poderia ser feito para melhorar essa assistência? Pergunta ao vereador Dr. Virgílio. O vereador informou que já é permitido acesso ao preso, em vista da ressocialização, permitido um determinado horário. O Delegado Valdney, corroborou: não é apenas um problema em Presidente Figueiredo, tendo em vista, um grande processo de execução penal, passando pelas seguintes fases: fechado, semiaberto e aberto. Relatou também, que todos as pastorais possuem um grande amparo da delegacia com base nos dados do apenado. A segunda pergunta direcionada à mesa foi sobre os adolescentes, familiares e amigos que usam entorpecentes, em praças e locais mais escondidos, infelizmente a polícia vê a situação, porém não pode fazer nada, precisa-se de ajuda para a recuperação dessas pessoas, qual seria a solução para essa situação. O Delegado respondeu dizendo: que há inúmeros adolescentes que usam entorpecentes no município. Ocorre que, a legislação vigente de entorpecentes, qual seja, lei de drogas aduz no seu art. 28 que o cidadão abaixo de 18 anos não pode ser penalizado judicialmente. Ou seja, que há muitos casos reincidentes. Informou que há uma solução: um centro de dependentes químicos, realizando uma parceria público-privada. Em seguida, foi franqueada a palavra ao representante do executivo municipal, agradecendo ao presidente da comissão de segurança pública Dep. Estadual Comandante Dan.

“Existe algum projeto de segurança para a comunidade? Em especial aos ramais?” Em resposta, o Major Wener agradece e parabeniza o Cmt Dan, com relação a pergunta feita, conforme o art. 144 da CF é dever de todos nós garantir a segurança pública de toda a sociedade em geral. No que diz respeito a prevenção, há um grande déficit de efetivo na corporação da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Mas que, apesar do déficit, é elencado os militares para cobrirem o máximo de área possível, também está com um projeto voltado para as escolas, com palestras, por policiais voluntários capacitados, no que diz respeito aos ramais, a polícia em parceria com o município, hoje consegue atender as comunidades com viaturas fazendo rodízio, em suas 48 comunidades, foram computados no mês de março 52 alterações, grande parte de conflito agrário. O Secretário de Ordem Pública, agradeceu ao Dep. Estadual pela visita ao município de Presidente Figueiredo, bem como pelo legado que deixou no município. No mais, reiterou que a Secretaria de Ordem Pública, é um órgão criado para integrar todas forças para assim, inibir, a criminalidade. Por fim, apresentou os trabalhos realizados por esta secretaria. Em seguida, o Dr. Virgílio com o uso da palavra, diz que o município está no caminho certo, porém precisa expandir, sendo assim, precisando de efetivo, pois está aguardando a contratação dos novos concursados, enfatiza que anteriormente a polícia era guarnecida com 250 policiais e hoje não tem 40, assim fica difícil atacar todas as frentes, com o aumento do efetivo, também aumenta quantidade de viaturas, combustível, colocar um posto fixo também para os municípios mais perto, implantação de mais câmeras, principalmente nas escolas, expandir o que já tem, para alcançar um futuro melhor. O Delegado Waldiney reiterou quanto ao déficit da corporação. Perguntaram “Na escola estadual de Balbina está acontecendo vendas de entorpecentes ilícitos? Qual é a estratégia para inibir esses traficantes?” Também perguntaram “Como poderia ser criado um conselho de segurança pública?” O Secretário de Ordem Pública respondeu que, tem trabalhado incansavelmente para inibir os traficantes, bem como o coordenador do CICC respondeu que tem trabalho com mesmo rigor, qual seja, inibir os traficantes. Finalizado o momento de perguntas. Em seguida, o Cel. Hermes – Representante do SPP/AM, aduziu que, atualmente o Secretário de Segurança Pública, encontra-se em Brasília, para tratar de assuntos inerentes ao Estado. Aduziu também que, reconhece a preocupação de todo colegiado que se encontra na audiência presente. Em seguida, o Vereador Ronaldo Macarrão agradeceu a vinda do Deputado Estadual Comandante Dan para tratar sobre assuntos inerentes à Segurança Pública, bem como destacou as presenças do padre e do pastor. Enfatizou que a audiência foi marcada em boa hora, para falar de segurança pública, uma vez que o momento presente é de violência nas escolas; pois que não se responsabilizam pelos filhos, relatou também o quanto é triste saber que no município há tantos compradores de drogas. Reconheceu que todos têm sua parcela de responsabilidade, é necessário que algo de concreto seja realizado dentro do município, acrescentou que para se ter índices melhores não se depende apenas do Estado e sim da família e de Deus. O Dr. Sérgio, Ouvidor da Secretaria de Segurança Pública, com a palavra, disse que estamos na casa do povo, a sociedade conclama, a igreja e os membros da sociedade civil, que procurem os meios de comunicação para saber os anseios da sociedade, para melhoria dos serviços públicos. O Ten. Omena – Representante do Bombeiro Militar, o mesmo diz que precisa ser feito uma segurança pública preventiva, um programa para a criança e ao adolescente, para afastá-los do crime. Que haja um envolvimento não somente do estado, como as igrejas e associações a fim de implementar projetos de segurança preventiva para afastar o jovem e o adolescente do crime. Por fim, o Deputado Estadual Comandante Dan, agradeceu o Presidente da ALE-AM, Deputado Roberto Cidade, por todo o apoio e empenho para realização dos trabalhos realizados pela Comissão de Segurança Pública, em seguida, destacou a importância do Art. 144 da Carta Magna do Brasil, bem como a Lei que instituiu o SUSP. Destacou o Projeto Segurança Inovadora, destacando como um dos pilares do projeto a valorização dos conselheiros tutelares, bem como a importância da tecnologia atual para fins de segurança pública. Sugeriu um projeto entre o executivo e as igrejas. O Deputado Estadual Comandante Dan – Presidente da Comissão de Segurança Pública agradece a presença de todos e finaliza a audiência às dezessete horas e cinco minutos. E, para constar, eu José Carlos Pereira de Freitas, secretário da Comissão de Segurança Pública, lavrei a presente ata que, por ter sido aprovada, será assinada por mim e pelos demais membros.

Deputado Estadual Comandante Dan – Partido Social Cristão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO (Processo nº 2023.10000.00000.0.000658)

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, por delegação de competência do Excelentíssimo Senhor Presidente,

CONSIDERANDO a instrução dos processos nº 2023.10000.00000.0.000658, objetivando a contratação de serviços de profissionais de notória especialidade para ministrar palestra com a temática “O julgamento das contas do Executivo pela Câmara e o julgamento das contas das Câmaras pelo TCE”, como parte da programação do Fórum Estadual das Casas Legislativas do Amazonas - FECLAM, conforme as especificações constantes em projeto básico;

CONSIDERANDO os fundamentos contidos na manifestação jurídica nº 14/2023 (fls. 48/51), opinando pela possibilidade da contratação direta dos palestrantes, Srs. Professores Fábio Bandeira de Mello e Bruno Vieira da Rocha Barbirato, ambos integrantes do quadro de professores da empresa BFL CONSULTORIA, GESTÃO E TREINAMENTO LTDA, CNPJ nº 18.251.584/0001/33, para proferirem palestra no FECLAM/2023, evento organizado pela ALE/AM, ocasião em que discorrerão sobre o tema “O julgamento das Contas do Executivo pela Câmara” e “O julgamento das Contas das Câmaras pelo TCE”, considerando caracterizada a hipótese de inexigibilidade, prevista no art. 25, inciso II, conjuntamente com o art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/1993, opinativo este acolhido pelo Procurador-Geral (fl. 54), bem como pela Mesa Diretora, conforme Decisão de fl. 55;

RESOLVE:

Considerar INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13 VI, ambos da Lei nº 8.666/93, para contratação direta dos palestrantes, Srs. Professores Fábio Bandeira de Mello e Bruno Vieira da Rocha Barbirato, ambos integrantes do quadro de professores da empresa BFL CONSULTORIA, GESTÃO E TREINAMENTO LTDA, CNPJ nº 18.251.584/0001/33, para proferirem palestra no FECLAM/2023, evento organizado pela ALE/AM, ocasião em que discorrerão sobre o tema “O julgamento das Contas do Executivo pela Câmara” e “O julgamento das Contas das Câmaras pelo TCE”, ao valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme proposta de fls. 23/25.

DIRETORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de abril de 2023.

(Assinado Digitalmente)
WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor-Geral

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o Despacho acima, do Senhor Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em cumprimento ao disposto no art. 26, caput, do Estatuto das Licitações, Considerando INEXIGÍVEL A LICITAÇÃO, com fulcro no art. 25, II c/c art. 13 VI, ambos da Lei nº 8.666/93, para contratação direta dos palestrantes, Srs. Professores Fábio Bandeira de Mello e Bruno Vieira da Rocha Barbirato, ambos integrantes do quadro de professores da empresa BFL CONSULTORIA, GESTÃO E TREINAMENTO LTDA, CNPJ nº 18.251.584/0001/33, para proferirem palestra no FECLAM/2023, evento organizado pela ALE/AM, ocasião em que discorrerão sobre o tema “O julgamento das Contas do Executivo pela Câmara” e “O julgamento das Contas das Câmaras pelo TCE”, ao valor total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme proposta de fls. 23/25.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 12 de abril de 2023.

CINTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

(Assinado Digitalmente)
Deputado Roberto Maia Cidade Filho
Presidente da ALEAM

CONSUMO CONSCIENTE

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



**Solicite o
seu cadastro**



**Acesse o
sistema**



**Tramite os
documentos**

SUPORTE AO USUÁRIO
[4340 ou 4341]



<http://aleam.ikhon.com.br/>

**O consumo de papel
pode representar até**

60%

**das despesas com
material de expediente
da Assembleia.**

**EVITE O
DESPERDÍCIO**



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

/ ASSEMBLEIAAM
WWW.ALEAM.GOV.BR